

ANÁLISE DOS TERMOS “TUPI” E “TUPINAMBÁ” COMO DESIGNATIVOS DA LÍNGUA BRASÍLICA DA COSTA BRASILEIRA, DOS SÉCULOS XVI E XVII

Eduardo de Almeida Navarro (USP)

RESUMO

Este artigo mostra a inadequação do termo Tupinambá para se referir à língua indígena mais difundida na costa brasileira nos séculos XVI e XVII, através de análise de alguns textos antigos que empregam tanto formas do Tupi quanto do Tupinambá e que mostram variações gramaticais dentro do próprio Tupinambá.

Palavras-chave: Tupi; Tupinambá; Língua brasílica

INTRODUÇÃO

Desde os primeiros tempos de colonização do Brasil, constatou-se que na costa brasileira, desde o Pará até o sul do país, aproximadamente até o paralelo de 27 graus (segundo informações do cronista Pero de Magalhães Gândavo), falava-se uma mesma língua. Já no século XVI e, mais ainda, no século XVII, firmou-se para ela o designativo de *Língua Brasílica*. Ela tinha algumas variantes dialetais:

A língua de que usam, toda pela costa, é uma, ainda que em certos vocábulos difere em algumas partes, mas não de maneira que se deixam uns aos outros de entender. (Gândavo, 1980: 122)

Diz-nos Anchieta (*Arte*, 1946: 1v):

...desde os petiguares do Paraíba até os tamoios do Rio de Janeiro, pronunciam inteiros os verbos acabados em consoante, como **Apab**, **Asem**, **Apen**, **Aiur**. (Esse é o dialeto dos Tupinambá e doutros indígenas da costa.)

Diz-nos também Anchieta (*ibidem*) que:

Os Tupis de São Vicente, que são além dos Tamoios do Rio de Janeiro, nunca pronunciam a última consoante no verbo afirmativo. Em lugar de **Apab** dizem **Apá**, em lugar de **Asem** e **Apen**, **Asm** e **Apm**, pronunciando o til somente; em lugar de **Aiur**, (dizem) **Aiu**. (Esse é o dialeto dos Tupi de São Vicente).

A variante dialetal *Tupinambá* era, assim, segundo Anchieta, usada num trecho muito maior da costa (desde o Nordeste até o Rio de Janeiro) que a variante Tupi. O dialeto Tupi só era falado na

capitania de São Vicente e planalto de Piratininga (no atual estado de São Paulo).

Anchieta informa-nos acerca de outro aspecto em que a variante dialetal Tupinambá diferia da variante Tupi: no uso do pronome objetivo com um verbo na voz causativa:

(...) comumente os verbos começados por **m**, ativos, tem **i** depois do artículo, ainda que em algumas terras pronunciam muitos sem ele. (1946: 48 v)

Assim, poder-se-ia, em algumas partes, dizer, em vez de *ᄒᄒᄒᄒᄒᄒᄒᄒ* – *avermelho-o*, somente *ᄒᄒᄒᄒᄒᄒᄒᄒ*, excluindo-se o pronome objetivo; em vez de *ᄒᄒᄒᄒᄒᄒᄒᄒᄒᄒ* – *faço-o voltar*, somente *ᄒᄒᄒᄒᄒᄒᄒᄒᄒᄒ*.

Embora Anchieta não nos diga em que terras ocorria tal emprego diferenciado de formas verbais na voz causativa sem o pronome objetivo, é sabido, por evidências indiretas, que isso ocorreria, fundamentalmente, no Tupi de São Vicente. Assim, esse seria mais um fator de diferenciação das duas variantes em questão.

Nos dois aspectos considerados (ausência da consoante final nos verbos na forma afirmativa e ausência do pronome objetivo *i* na voz causativa) o Tupi de São Vicente distanciar-se-ia do que seria praticado na maior parte da costa brasileira e aproximar-se-ia do Guarani Antigo, falado no Paraguai. O próprio Antonio Ruiz de Montoya, primeiro gramático desta língua, escreveu o *Vocabulario y Tesoro de la Lengua Guarani (o más bien, Tupi)*, como que identificando o Guarani ao Tupi ou, ao menos, apresentando-lhes as semelhanças.

Ademais, o Vocabulário na Língua Brasílica, o único dicionário da língua falada na costa brasileira no século XVI que chegou até nós, dá conta dessas diferenças (1952: 19, 105):

Acerca que ou quasi que – Çuer ou ajaçaquer, quasi q. o ouuera de matar. Seu diminutivo he Çueri. O **Tupi** diz Ço.

Doente estar – Xe mbaêacig. Xemarabor. Xe maraar. Este entre os **tupynambas** senifica estar ia muyto no cabo.

PERSPECTIVA TEÓRICA

Postos os termos como se acham acima, poder-se-ia mesmo concluir, apressadamente, que o designativo *Tupi* não seria o mais adequado para se referir à língua da costa brasileira nos séculos XVI e XVII. Sê-lo-ia, contudo, o termo *Tupinambá*? Edelweiss (1969) mostrou que não. O que queremos evidenciar, baseados em textos que Edelweiss não analisou, é que lhe assiste razão. Com efeito, muitas são as discordâncias verificadas nos domínios lingüísticos do Tupi e do Tupinambá com os textos de Anchieta, o maior escritor naquela língua, e também com os de outros autores quinhentistas.

Em primeiro lugar, examinando-se o *Auto de São Lourenço*, representado pela primeira vez em Niterói, no ano de 1583, em pleno domínio do que Rodrigues (1986) chamou de *Tupinambá*, vemos inúmeros exemplos de emprego da variante dialetal Tupi e isso vinte anos depois de ter deixado Anchieta de residir na capitania de São Vicente, onde aquela variante era empregada. Na relação abaixo vemos alguns exemplos de emprego de temas verbais causativos (com o prefixo *mo-* ou *mbo-*) sem o pronome objetivo *i*, à maneira do Tupi vicentino:

- v. 104 - Abape **eremoangaipa**? (e não **ereymoangaipa**)
- v. 119 - er)ⓐ aani **amorãbue**
- v. 145 - opacatu **yamomba**
- v. 189 – **Namoangi**, de moauyene.
- vv. 203-204 – ♠. ♠ꞑ ⓐtião ae **omondic** tata çeçe
- v. 252 – **Yamõba** taba yãdune.
- v. 284 – **Yamõgua** moxi ruuba
- vv. 320-321 – Igaçape caõy tuya aere **yamomota**
- v. 327 – nomoetei **omonhangara**
- v. 398 – Aracayate **ombori**
- v. 409 – Marã ejara **omborib)- v.v.442-443 – xe angaipa tubixagoera **amoçene** (...)
- v. 473 – **pemoirõ** pay Ie♠u**

v.v. – 522-523 – caõyaya uçeya e, opacatu **amboapi**.

v. 544 – Cotipe muru **amoinge**

v. 596 – **omõbab** erimbae

(1989: 141-163)

Na amostra tomada acima, vemos que, em pleno domínio da variante dialetal Tupinambá, isto é, em Niterói, na Baía da Guanabara, temos o emprego da variante Tupi. Nos exemplos apresentados Anchieta não empregou o pronome objetivo *i* antes do prefixo causativo *mo-* ou *mbo-*. Assim, tomando por exemplo o verso 104, dever-se-ia dizer, em legítimo Tupinambá, supostamente falado na região em questão, **Abape ereymoangaypab**. Ora, com relação à queda da consoante *b*, neste último caso, isso seria perfeitamente justificável, uma vez que Anchieta escreve aí em versos e precisava de encontrar uma rima para *uiyerobia*, do verso 101. Poder-se-ia argumentar que ele não queria escrever em dialeto Tupi, mas, tão somente, encontrar uma rima, eliminando, assim, o *b* de **ereymoangaypab**. Mas, como explicar a ausência do pronome *i* com um tema causativo com o prefixo *mo-*? Se Anchieta tivesse escrito **ereymoangaypa** (forma Tupinambá) continuaria a palavra a ter o mesmo número de sílabas de **eremoangaypa** (forma Tupi). Assim, a queda das consoantes finais das formas verbais, como, por exemplo, nos versos 119 (**amorãbue** em vez de **aymorãbuer**) ou 145 (**yamomba**, em vez de **yaymombab**) pode ser explicada por questões de métrica e de necessidade de rima, mas não o uso das formas verbais causativas tais como o fez Anchieta nos exemplos acima considerados.

Ainda em pleno domínio suposto do Tupinambá, Anchieta utiliza formas verbais características do Tupi, fazendo cair a consoante final de verbos afirmativos (1980: 164-165):

v. 625 – **tocanhᄁ** ① perecopuera (em vez de **tocanhem** pe recopuera)

v. 629 – **Peçaçu** pemonhangara (em vez de **Peçaçub** pemonhangara)

v. 639 – **Peyeauçubuca** yxupe (em vez de **Peyeauçubucar** yxupe)

Em nenhum dos exemplos acima considerados o emprego da consoante final nas formas verbais alteraria o número de sílabas e, portanto, a métrica dos versos. Assim, não foi por questões de métrica que Anchieta empregou a forma apocopada, corrente entre os Tupi de São Vicente, em plena Baía da Guanabara, domínio suposto do Tupinambá.

Como vemos, o maior autor naquela língua considerada, e justamente em sua maior obra literária em língua indígena, o *Auto de São Lourenço*, desprezou aquilo que ele disse em sua *Arte de Gramática* acerca das variantes dialetais que haveria na língua falada na costa: ele empregou as duas variantes numa só obra, como que considerando irrelevantes e desprezíveis suas diferenças.

Em segundo lugar, a própria variante Tupinambá não era homogênea, conforme já o demonstrou Edelweiss (1969), analisando vocabulários correspondentes a três áreas geográficas diferentes em que estavam os Tupinambá: Guanabara, Bahia e Maranhão. Além disso, se chamarmos a língua falada no século XVI na costa oriental e setentrional brasileira de *Tupinambá*, estaremos desprezando variações apontadas, nessa mesma faixa costeira, para certos aspectos gramaticais. Ora, em pleno domínio do que Rodrigues (op. cit.) chama *Tupinambá*, o missionário gramático Luís Figueira, em sua *Arte da Língua Brasileira*, do século XVII, assinalou divergência morfossintática importante, qual seja, o emprego do modo indicativo circunstancial com formas nominais:

Ndaerojái imaenduari. – Nem por isso se lembra. (1687: 94)

Quecé Pedro nderecé imaenduari. – Ontem Pedro de ti se lembrou. (*ibidem*: 95)

Quecé cãa rupi Pedro oguatabo çopari. – Ontem, andando pela mata, Pedro perdeu-se. (*ibidem*: 95)

Ora, Anchieta diverge claramente de Figueira nessa questão, embora ambos tratem da mesma língua que Rodrigues chamou de *Tupinambá*. Diz Anchieta em sua *Arte*, que no modo indicativo circunstancial “*Os verbos que não tem artículos fazem no fim âmo, conforme a formação do seu gerúndio*” (...) (1946: 40)

Ora, os verbos que Figueira nos apresenta no exemplo acima são exatamente dessa categoria que Anchieta afirma deverem levar o sufixo *-amo*. Assim, o que Figueira escreveu *Ndaerojai imaenduari*, Anchieta escreveria *Ndaerojai imaenduaramo*, onde Figueira escreveu **çopari**, Anchieta escreveria **çoparamo**.

Ora, essa é uma diferença significativa e não somente léxica, mas morfossintática. Assim, a mesma distância que separaria o Tupi de São Vicente do Tupinambá do Rio de Janeiro separaria este do Tupinambá de Pernambuco (o de Luís Figueira).

Assim, Rodrigues, procurando identificar a Língua Brasílica ao Tupinambá, está a considerar somente a pronúncia da consoante final dos verbos afirmativos ou o uso do pronome objetivo *i* com verbos causativos, opondo o Tupinambá ao Tupi, mas despreza outros aspectos que tornam o Tupinambá da costa heterogêneo em suas formas. Se o Tupinambá não era uno, tal termo não merece o caráter de designativo genérico, pois se faria *tabula rasa* de aspectos morfossintáticos importantes que se diferenciavam na costa entre o Rio de Janeiro e o Maranhão, sem mencionarmos os aspectos léxicos que Edelweiss (op. cit.) já analisou.

CONCLUSÃO

Assim, chamar a língua brasílica de *Tupinambá* não é absolutamente preciso, pois esta era uma variante dialetal e não uma língua propriamente dita. O Tupi era um dialeto de menor uso que o Tupinambá, mas este, por sua vez, não era o mesmo em toda a costa compreendida entre o Rio de Janeiro e o Maranhão.

O designativo *Tupi*, por sua vez, teve larga difusão, muita aceitação pelo povo em geral. Teve o caráter de um *denominador comum*, sendo um termo que entra na composição de outros, todos nomes de falantes da Língua Brasílica: *Tupinambá*, *Tupiniquim*, *Tupinaé*.

Num passo de seu auto teatral *Na Aldeia de Guaraparim*, Anchieta parece-nos sugerir que o termo *Tupi* poderia ser usado como um termo genérico para designar grupos indígenas diversos:

Paranagoçu raçapa
ibitiribo guibebebo
aço Tupi moangaipapa
ae re muru mōbapa
xe ratape ceroquebo.

Bae apiaba paipo?
Tupinaquijã que içoara.

Atravessando o grande mar,
voando pelos montes,
vou para fazer pecar os Tupi;
depois disso, para exterminar os malditos,
fazendo-os entrar comigo em meu fogo.

Que índios são esses?
Os Tupinikin, habitantes daqui.
(1989: 310, vv. 183-189)

Assim, se de fato Anchieta estava a empregar o termo *Tupi* como um genérico, é porque tal termo entra na composição de *Tupinikin*, de *Tupinambá* e de *Tupinaé*. Sendo usado como genérico, seria melhor que *Tupinambá* para designar a Língua Brasília.

Embora as gramáticas de Anchieta (1595) e de Figueira (1621 e 1687) descrevam mais acentuadamente a variante Tupinambá, ainda que evidenciando diferenças que apresentava em si, como já mostramos, a literatura que Anchieta nos deixou (ele que foi o maior escritor nessa língua), está, grande parte dela, em dialeto Tupi, que ele aprendeu primeiro, quando viveu em São Paulo de Piratininga, de 1554 a 1562. Essa é mais uma razão pela qual cremos ser melhor chamarmos a Língua Brasília de *Tupi*: boa parte de sua literatura (teatro e lírica) está nessa variante dialetal. Contudo, é preciso entender bem que não pensamos no Tupi de São Vicente quando designamos com tal termo a Língua Brasília, mas numa generalização que, pelo que consta, o próprio Anchieta admitiu. Assim, por Tupi Antigo não queremos pensar no Tupi de São Vicente, mas naquilo que falavam os Tupi, os Tupinaé, os Tupinikin, os Tupinambá, os Tamoio, os Potiguar, etc., de forma tão generalista quando é a forma *Língua Brasília*. O termo Tupi tem a vantagem de ser, ao que parece, um termo simples e não composto e, por outro lado, tem maior extensão que o termo Tupinambá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANCHIETA, José de. *Poesias*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989.

———. *Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil*. São Paulo: Anchieta, 1946.

EDELWEISS, Frederico. *Estudos Tupis e Tupi-Guaranis. Confrontos e Revisões*. Rio de Janeiro: Brasiliiana, 1969.

FIGUEIRA, Luís. *Arte de Gramática da Língua Brasilica*. Lisboa: Miguel Deslandes, 1687.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil e História da Província Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Método Moderno de Tupi Antigo – A língua do Brasil dos primeiros séculos*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. *Línguas Brasileiras – Para o Conhecimento das Línguas Indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

———. Contribuição para a Etimologia de Brasileirismos. *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra, v. 9, 1-54, 1958/1959.

VALLE, Leonardo do. *Vocabulário na Língua Brasilica*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – USP, 1952.